



Paralisação de servidores já é a mais longa em SP

Os funcionários do Judiciário de São Paulo decidiram pela manutenção da greve, que já alcançou cerca de 80% da categoria em todo o Estado. Com a decisão dos servidores, a paralisação passa a ser a mais longa da história da Justiça paulista. Pode chegar a, no mínimo, a 60 dias. Tudo depende da decisão que os servidores tomarão em nova assembléia marcada para a próxima quarta-feira (24/10).

A mais longa greve dos servidores do Judiciário foi registrada em 1993, quando a categoria interrompeu os trabalhos por 54 dias.

O presidente do Tribunal de Justiça, Márcio Bonilha, já anunciou que vai descontar os dias parados e ainda demitir os funcionários que não voltarem a trabalhar.

A partir desta segunda-feira (22/10), a categoria vai realizar “piquetes e arrastões de convencimento” nas portas dos fóruns em todo o Estado. O objetivo é conseguir a paralisação total da categoria, além de evitar que as ameaças do TJ esvaziem o movimento.

Empregados

O endurecimento do discurso do presidente do TJ, que ameaça com corte de salários e demissão, foi rebatido na assembléia dos servidores com indignação. “Quem ele (Bonilha) pensa que é? Está achando que nós somos empregados da casa dele para ameaçar de mandar embora?”, gritou um dos líderes do movimento no carro de som.

Boa parte da Praça João Mendes, na região central, voltou a ser tomada no domingo (21/10) pelos funcionários, na nona assembléia geral realizada desde o início da paralisação. Para a Polícia Militar, eram 2 mil pessoas. Os líderes do movimento falavam em cerca de 7 mil.

Debaixo de uma forte chuva, os servidores decidiram que a paralisação prossegue por tempo indeterminado. “A greve continua, Bonilha a culpa é sua”, foi o coro. Para tentar evitar o desconto nos salários, os funcionários foram instruídos a procurarem as associações, que ajudarão a impetrar mandados de segurança individuais. A medida, porém, pode não ter eficácia, já que o desconto foi autorizado no dia 5, pelo Supremo Tribunal Federal.

A maior chance será uma nova decisão do STF. A medida que autorizou o desconto foi dada pelo ministro Ilmar Galvão, que ocupava interinamente a presidência do STF. O Sindicato União ingressou com um agravo regimental para que a decisão seja revista. A chance de sucesso está no fato de que o recurso não será apreciado por Ilmar Galvão, mas pelo ministro Marco Aurélio, presidente do Supremo. A decisão deve sair nesta segunda-feira.

Date Created

22/10/2001